



Amazonas: o agrário, o político e o urbano na contemporaneidade



Universidade Federal do
Amazonas

Departamento de
Geografia

Laboratório de Geografia
Humana

03 e 04 de setembro de 2024



Notas de emergência: o pensamento urbano e a metrópole manauara

Eduardo Henrique Freitas Braga¹

Fernando Monteiro Melo²

“Não se pode escrever nada com indiferença.”
Simone de Beauvoir, *Os Mandarins*.

Resumo

Este ensaio explora a crítica ao pensamento urbano sobre Manaus, analisando as transformações na metrópole à luz da dialética marxista-lefebvrea. Focando na dupla periferia que caracteriza a cidade, argumenta-se que as dinâmicas de urbanização em Manaus expressam as contradições do capitalismo periférico brasileiro. A violência inerente à urbanização, a burocracia estatal e a reprodução do espaço são temas centrais, desafiando a visão homogeneizadora do espaço urbano. A crítica radical emerge como um caminho necessário para compreender e superar as desigualdades socioespaciais na metrópole manauara.

Palavras chave: Produção do espaço; Metrópole; Manaus; Periferia; Dialética.

Emergency Notes: Urban Thought and the Manaus Metropolis

Abstract

This essay explores the critique of urban thought about Manaus, analyzing the transformations in the metropolis in light of the Marxist-Lefebvrian dialectic. Focusing on the double periphery that characterizes the city, it is argued that the dynamics of urbanization in Manaus express the contradictions of Brazilian peripheral capitalism. The violence inherent to urbanization, state bureaucracy and the reproduction of space are central themes, challenging the homogenizing vision of urban space. Radical critique emerges as a necessary path to understand and overcome socio-spatial inequalities in the Manaus metropolis.

Keywords: Production of space; Metropolis; Manaus; Periphery; Dialectic.

¹ Doutorando em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo, e-mail: ehfreitasbraga@usp.br

² Doutorando em Geografia pela Universidade Federal do Amazonas, e-mail: fernando.monteirogeo@gmail.com



Amazonas: o agrário, o político e o urbano na contemporaneidade



Universidade Federal do
Amazonas

Departamento de
Geografia

Laboratório de Geografia
Humana

03 e 04 de setembro de 2024



Introdução

É preciso, antes de tudo, alguns reconhecimentos. O primeiro é o de que a sociedade urbana que se gesta no decorrer do século XX se encontra sob uma transfiguração, onde os fundamentos do passado e do presente se articulam e obscurecem o entendimento de um processo em movimento para olhares menos cuidadosos, revelando-se um desafio à dialética. O segundo é o de operar, sob um pensamento dialético que mobilize os processos históricos como não meramente datáveis, mas como os pontos de ruptura que redefinem o processo de produção de novas espacialidades, onde as determinações globais se realizam no particular. E finalmente, é fundamental reconhecer os limites que encerram e imobilizam a crítica. Esta, talvez, seja a principal sinalização que este ensaio busca alcançar.

Neste sentido, é importante nos posicionarmos que aqui fazemos um tipo de manifesto, onde o que se põe como problemática fundamental é a crítica do pensamento urbano sobre a metrópole manauara, lugar de análise primordial das compreensões de trabalhos anteriores e em andamento a partir de nossas investigações³. Assim, procuramos nos distanciar de um momento de decupagem de dados e sua análise imediata, e buscamos em verdade estabelecer que determinadas leituras podem ser realizadas sobre a cidade de Manaus, onde eclodem elementos potentes à compreensão dialética a partir da produção do espaço. Buscamos, portanto, partir à radicalidade.

É neste movimento de pensar a realidade social e o mundo a partir da problemática urbana que se declara uma impossibilidade: a de desconsiderar o vivido, partindo do concreto e das formas da paisagem. Este, como um nível primeiro de entendimento do mundo, se revela na precariedade e nas novas formas que constituem o espaço da metrópole manauara. É, entretanto, uma etapa preliminar de nossas apreensões. O concreto, nesse sentido, não se dá na ilusão das formas e objetos contabilizados no espaço e descritos como elementos apáticos de sensibilidades e vida. O concreto é rico de conteúdo, que dissimula e também dá sentido à totalidade que, fragmentada, é apreendida

³ Ambos os autores são alunos de doutorado que possuem como ponto de partida as transformações recentes da metrópole manauara sob a luz do pensamento dialético alinhado à leitura teórico-metodológica da produção do espaço.



Amazonas: o agrário, o político e o urbano na contemporaneidade



Universidade Federal do
Amazonas

Departamento de
Geografia

Laboratório de Geografia
Humana

03 e 04 de setembro de 2024



de forma empobrecida, como um conjunto de sistemas cujas peças de uma engrenagem falida são apenas retocadas. Por isso, advogamos a favor do pensamento dialético como o pensamento possível e necessário para responder às problemáticas postas à investigação.

Um caminho possível

Uma crítica desapiedada do existente⁴ parece ser uma via de ação importante para o reconhecimento e o desvendamento da problemática urbana a partir de uma leitura dialética da realidade, aqui fortemente amparada por uma interpretação marxista-lefebvrea. Para que esta via seja acessada, entretanto, evoca-se uma crítica radical do mundo, dos processos de acumulação e reprodução do capital que tem no espaço da metrópole sua sobrevivência. A crítica radical, por outro lado, por mais que seja aos processos de expropriação fundamentalmente capitalistas e, portanto, universais, parte da especificidade da vida cotidiana como fragmento da sociedade urbana, revelando no tempo da vida, a atualização dos processos de alienação.

Não se trata, contudo, de uma recuperação interesseira dos conceitos marxianos adaptáveis à sociedade urbana, muito menos à especificidade de uma metrópole amazônica no século XXI, deslocando-a no tempo e no espaço, autonomizando sua excepcionalidade. Trata-se, sobretudo, de um recurso teórico e metodológico que designa a potência do pensamento urbano crítico-radical às novas determinações que operam na capital amazonense, a partir de uma acumulação social dos processos de dominação do capital sobre o território brasileiro, que encontram em Manaus um eixo importante para sua continuidade.

Nessa perspectiva, é necessário pensar os processos de urbanização que se realizam em Manaus, inicialmente a partir de uma leitura do território nacional, que historicamente se produziu a partir da produção de centralidades e periferias – e neste mesmo entendimento, é produto direto desta contradição na formação do capitalismo à

⁴ MARX, Karl. Carta de Karl Marx a Arnold Ruge, 09 de março de 1843. Disponível em: <https://www.marxists.org/espanol/m-e/cartas/m09-43.htm>. Acesso em: 30 jul. 2024.



Amazonas: o agrário, o político e o urbano na contemporaneidade



Universidade Federal do
Amazonas

Departamento de
Geografia

Laboratório de Geografia
Humana

03 e 04 de setembro de 2024



brasileira. Dada sua posição, a urbanização desigual e contraditória do território brasileiro produz em Manaus formas universais à reprodução do espaço capitalista, mas adquire especificidades dado o processo histórico pelo qual chega e forma na metrópole da Amazônia Ocidental.

Isto quer dizer, em outros termos, que entendemos a metrópole manauara como uma “dupla periferia” (Loureiro, 2022), pois nos parece fundamental a consideração de um desenvolvimento desigual da urbanização brasileira. Podemos sugerir, com este recurso de dupla periferia, que é na *periferia de uma metrópole periférica de um país do capitalismo tardio* que encontramos os fundamentos essencialmente violentos do processo de urbanização, onde as privações cotidianas são aprofundadas em processos cada vez mais verticais. Não significa dizer que há um caráter extraordinário na periferia manauara, ou que aqui os processos ocorrem de modo estranho aos processos mais gerais de acumulação no espaço da metrópole. Ao contrário, consideramos fortemente o sentido da homogeneização do espaço a partir da generalização da mercadoria (no espaço-mercadoria), porém, encontramos elementos suficientemente potentes para a compreensão de uma urbanização contraditória em Manaus, pondo-a em uma importante trilha teórica e prática na atualidade, através da violência dos processos de urbanização.

Não procuramos tratar aqui a violência urbana como um fenômeno locacional ou quantitativo, partilhando de estigmas territoriais que aprofundam e reproduzem processos de segregação racial ou de classe. Não é, portanto, a violência como uma categoria de acusação social, onde condenam-se comunidades e ocupações, sujeitos e outras apropriações. Estabelecemos que aqui a violência é a da urbanização, intrínseca ao processo de formação da sociedade urbana, fundamentada e articulada aos processos de produção do espaço urbano e reprodução das relações sociais de produção. A violência como parteira da sociedade que impera sob nossa cotidianidade. Este é um eixo importante das reflexões aqui empreendidas.

Deste modo, pensar a violência como fundamento da urbanização nos permite e nos guia à crítica do planejamento e dos planos que buscam dar certa isonomia aos lugares da cidade. Tal isonomia funciona nada mais como um elemento produtor da segregação,



Amazonas: o agrário, o político e o urbano na contemporaneidade



Universidade Federal do
Amazonas

Departamento de
Geografia

Laboratório de Geografia
Humana

03 e 04 de setembro de 2024



alcançando a dimensão da urgência, sem qualquer ambição utópica, e portanto, revolucionária. A saída, por isso, não é burocrática, e muito menos a ausência do Estado se faz aqui como um problema. É na sua existência, aliás, e na sua produção abstrata das formas sociais capitalistas que encontramos os fundamentos dos processos de alienação – como uma empresa capitalista produtora das formas de regularização das relações sociais de produção que condicionam a realidade.

Aqui cabe uma crítica aos apologistas do Estado que o enxergam como a solução para as problemáticas da realidade, sejam elas de ordem urbana, ambiental, política etc. O que se observa é um simples retorno ao Estado como aquele que contornará as contradições decorrentes de suas próprias ausências-presenças, não compreendidas por aqueles que o advogam como uma dimensão conciliadora.

A falta de compreensão da burocracia como uma classe mediadora entre o Estado e a sociedade civil gera grandes problemas para uma leitura radical da realidade. A única função do Estado é fornecer subsídios para a manutenção do processo de burocratização da realidade e, ao falarmos desse processo, referimo-nos à comercialização do próprio aparato estatal para fins privados, que se concretizam na produção da vida cotidiana. Viana (2015, p. 18) acerta quando afirma que “no capitalismo, o Estado é uma relação de dominação da classe mediada pela burocracia, cujo objetivo é a reprodução das relações de produção capitalista, ou seja, os interesses da classe dominante”.

Não há como desvincular Estado e capital, assim como interesses e ações – a burocracia aparece como um sistema de condutas, ao dizer de Tragtenberg (2006), e não só como um sistema de organizações formais, participando diretamente da apropriação do mais-valor gerado a partir da produção dos meios de controle e burocratização das relações produtivas. O Estado é um aparato privado dos interesses do capital, sejam quais forem suas formas de manifestação, porque

[...] há um vínculo inquebrantável entre [ambos], sendo que o primeiro é representado, geralmente, pela burocracia estatal, e o segundo pela classe capitalista. A sua função é exercer o controle social sobre o conjunto da sociedade e garantir a reprodução das relações de produção capitalistas (Viana, 2017, p. 48).



Amazonas: o agrário, o político e o urbano na contemporaneidade



Universidade Federal do
Amazonas

Departamento de
Geografia

Laboratório de Geografia
Humana

03 e 04 de setembro de 2024



O Estado, longe de ser um conciliador de conflitos, emerge como uma estrutura que perpetua as relações de dominação capitalista, mediada por uma burocracia que se distancia da sociedade civil e se torna uma classe com interesses próprios. Nosso ponto de vista se alinha com a crítica marxista que vê o Estado como um aparato privado de manutenção de garantia da reprodução das relações de produção e, consequentemente, dos interesses da classe dominante.

E concordamos com Mascaro (2013) quando diz que a formação social brasileira, nascida de um contexto de exploração e dominação, é erroneamente interpretada como uma estrutura autoritária carente de uma aplicação mais eficiente da lei. Esses apologistas, ao invés de reconhecerem o Estado e o capitalismo como partes do problema, propõem soluções que apenas reforçam essas mesmas estruturas, como mais direitos, maior eficiência jurídica, e uma moralização das práticas políticas.

É posto como uma questão central, dado o universo que aqui sinalizamos, a reprodução, além da produção. Isso porque o devir histórico que constitui a sociedade urbana já produz a cidade de Manaus desde as determinações de uma economia internacionalizada – desde o látex até a indústria, atravessando o século XX. Aqui, demarca-se uma ruptura com a economia agrária anterior, que não mais cabe às vontades modernizantes, assim como o rompimento com as determinações de uma metrópole industrial, que se apresenta muito mais associada às novas condições de reprodução do capital, principalmente através do imobiliário. Não negamos, entretanto, a continuidade da morfologia produzida no período anterior, mesmo porque é nessas formas segregadas que se reproduz a periferia atualmente, ainda que marcada diferentemente em relação a décadas passadas. Nesse sentido, a produção de um espaço anterior abriga as bases do processo de reprodução atualmente, que se realiza através de uma cidade fragmentada, marcada pela expansão de suas periferias ao mesmo tempo que também tem em seu centro histórico e eixos rodoviários recentes novos processos de valorização.

A reprodução assim se repõe, se recoloca, se restabelece. Não se produziu originariamente nem se encerrou historicamente o que antes foi introduzido. Ela se mantém, em um movimento de superação histórica, onde adquire especificidades. Com



isso, queremos dizer que os processos recentes de formação das periferias da metrópole manauara, por exemplo, se diferenciam dos ocorrentes nas décadas de 1960 a 1990. Uma nova condição parece surgir.

O que permanece e o que aparece – iluminados pelo específico?

Manaus não reproduz seu espaço como um “outro endereço desse mesmo lugar”, repetindo as lógicas de metrópoles na “ponta” do processo, como São Paulo, mas sim a partir de um desenvolvimento desigual dos fundamentos de uma urbanização contraditória. Isso posto, é fundamental que se delimite aqui o movimento do que nos propomos a observar, em que pese a ocorrência atual destas dinâmicas. As transformações às quais nos referimos, por exemplo, podem ser lidas a partir do centro da cidade, nos processos de revitalização e requalificação de espaços antes abandonados e sem qualquer projeto de intervenção; ou pelas periferias da metrópole manauara, que entendemos ser um lugar potente para a compreensão da “emergência” a qual indicamos.

As zonas Norte e Oeste da cidade, por exemplo, estão postas como novos espaços de atuação e valorização do capital imobiliário. A periferia, que antes era tida como o espaço do não-valor e da ausência, agora aparece sob a forma de um espaço possível e estrategicamente definido pelos eixos de valorização. Outra tendência que chama atenção nessa transformação é a do surgimento de grupos econômicos ligados ao setor de serviços e comércios, tais como a construção de atacadões/mercantis (Coema, Baratão da Carne I e II, e Assaí, Veneza Xpress, todos na avenida Torquato Tapajós, na Zona Norte) que antes não se faziam presentes. Pode-se apontar que há articulação direta desses setores (imobiliário, serviços, comércio e etc.), com as novas dinâmicas produtivas, novos empreendimentos comerciais e prestadores de serviços em prontidão para atender às novas demandas de consumo, bem como a atuação do Estado via obras públicas de infraestrutura, tais como o complexo viário anel Sul e o anel Leste (Rapidão Rodoanel Metropolitano de Manaus), ambos fazendo uma interligação entre: Distrito Industrial, Avenida das Flores, rodovias AM-010, BR-174 e Aeroporto Internacional Eduardo Gomes; visando otimização da circulação de veículos nesta região.



Amazonas: o agrário, o político e o urbano na contemporaneidade



Universidade Federal do
Amazonas

Departamento de
Geografia

Laboratório de Geografia
Humana

03 e 04 de setembro de 2024



Há de se considerar, ainda, a concentração que Manaus exerce sob o território amazonense, sendo uma “cidade de migrantes”, essencialmente – da região nordeste, do estado do Pará e do interior do próprio estado do Amazonas, desde a época extrativa da borracha até a economia industrial. Supomos, portanto, que a formação do espaço da metrópole manauara não pode ser compreendido sem considerar tais particularidades do território da cidade. Sua periferia, portanto, é produto direto do projeto de formação da periferia do capitalismo, se situando como uma dupla periferia no território nacional. Este, aliás, parece ser um importante fator formador das populações periféricas na metrópole.

Ainda que inicialmente a Zona Franca de Manaus (ZFM) tenha representado um amortecimento do desemprego e da subocupação na cidade (Cano, 2013), é na posterior inoperante absorção de mão-de-obra do polo industrial da cidade estimulada também pelas mudanças do padrão tecnológico de produção nas fábricas que a expansão das zona norte e leste se transformam na expressão socioespacial do padrão concentrador que a cidade de Manaus continuamente reafirma durante o século XX – reproduzindo-se ainda atualmente.

Quanto ao local de moradia dos migrantes que chegam à cidade de Manaus, é interessante notar a presença de um percentual maior que 40% nos bairros mais periféricos da metrópole (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2020).

Há de se considerar, ainda, movimentos populacionais recentes para Manaus, como no caso dos imigrantes haitianos e venezuelanos, que vem desde o início da década passada (no caso dos haitianos) e se aprofunda com a crise socioeconômica na Venezuela (a partir, principalmente, da segunda metade da década passada). Manaus, nestes casos, ora aparece como transição entre metrópoles maiores do país, ora como lugar de moradia prolongada e permanentes destes imigrantes.

De todo modo, o que se observa é a migração especificamente urbana (baseando-se no local de moradia anterior) e especificamente periférica (quanto aos locais de assentamento destes migrantes na cidade de Manaus). A presença indígena, cabocla e de outros estados (como a população paraense, por exemplo), dão à Manaus essa determinação, de uma metrópole da busca, do refúgio e do lugar onde a reprodução da



Amazonas: o agrário, o político e o urbano na contemporaneidade



Universidade Federal do
Amazonas

Departamento de
Geografia

Laboratório de Geografia
Humana

03 e 04 de setembro de 2024



periferia orienta a reprodução da própria cidade. Manaus se constitui, nesse instante como uma dupla periferia, onde o processo de urbanização e de reprodução do espaço da metrópole se dá mais fortemente, onde o homogêneo e o particular em luta, produzem algo novo. Carlos (2015), percebe neste movimento – no da reprodução como condição da acumulação – uma integração dos lugares que aprofunda as contradições em um processo extremamente violento.

Nesse sentido, Manaus aparece como uma “metrópole inevitável”, pois concentra em seu território os processos aqui descritos, dada sua primazia no contexto estadual e regional. Assim, como já dito em outros escritos, é no espaço da metrópole de Manaus que se encontra não apenas um lugar privilegiado desta reprodução, mas sim o *único lugar possível* de se realizar. Neste sentido, a reprodução do espaço na metrópole manauara se revela inevitavelmente pela reprodução da sua periferia.

Estranhamentos

A vida cotidiana se constitui como lugar da reprodução das relações de troca, que se reificam sob mistificação. Sob a lógica do capital, é no tempo do vivido que as privações são sentidas e aprofundadas, onde a alienação se realiza socioespacialmente. Oliveira (2014, p. 194) sinaliza que “o espaço da vida e da resistência, coloca-se como uma contraposição à homogeneização. Neste sentido, o mesmo processo que tende a homogeneização produz o seu contrário, a resistência e a luta pelo direito a um espaço social diferenciado”. O que nos parece importante, com isso, é a ideia de que a contradição é um movimento fundamental tanto do pensamento como também na realidade concreta, aberta – e na realidade, se realiza no plano da vida cotidiana, onde os habitantes da cidade a vivem enquanto estranhamento, assim como também o lugar de sua apropriação enquanto obra humana.

Tais contradições se originam da fórmula trinitária, anunciada por Marx – terra, trabalho e capital. É nesta chave que se encontram, sob a forma social capitalista, os processos de dominação e de reiteração da propriedade privada como elemento fundante das desigualdades, ou dos processos de precarização da vida e do trabalho sob o ritmo da urbanidade capitalista que violenta corpos e mentes no espaço da metrópole.



Amazonas: o agrário, o político e o urbano na contemporaneidade



Universidade Federal do
Amazonas

Departamento de
Geografia

Laboratório de Geografia
Humana

03 e 04 de setembro de 2024



Tais contradições, que se aprofundam e perpetuam os processos de expropriação, remetem mesmo aos diferentes tempos de reprodução do espaço da metrópole manauara, e não se cristalizam no passado, assim como não se reportam apenas ao presente. A “era urbana não faz desaparecer por encantamento ou desencantamento as contradições e conflitos da era industrial. Esta última não consegue tampouco abolir os conflitos e contradições da era anterior” (Lefebvre, 1973, p. 12). Em outros termos, a problemática urbana da economia industrial se difere da problemática urbana atual, ainda que gestadas pelos mesmos processos de dominação capitalista, mas demonstra suas especificidades no processo de reprodução capitalista do espaço – algo que nos permite pensar na dimensão socioespacial como elemento explicativo do mundo moderno.

Essa identificação, como dito, marca um movimento na produção da cidade de Manaus: a passagem do regime em que o urbano deixa de ser o induzido pelas dinâmicas industriais e passa a induzir dinâmicas econômicas a partir das transformações nas cidades. No contexto da urbanização contemporânea, todas essas transformações espaciais em Manaus evidenciam o caráter contraditório da reprodução do capital imobiliário. Isso porque a valorização do capital resulta na desvalorização de outras frações de capital. Como um processo socioespacial, essas contradições expressam-se na paisagem urbana da cidade de forma violenta, e não por acaso, torna-se rotineiro na mídia as “tragédias urbanas”, quase sempre ligadas às ocupações em áreas de risco, deslizamentos, desabamentos, enchentes, como se fosse um “processo natural”, no entanto, são evidentes produtos da produção desigual do espaço.

Estes problemas, relacionados à questão habitacional, sobretudo, acabam por se entrelaçar em uma perigosa dimensão ambiental, que sequestra o debate especialmente quando se parte de Manaus como o lugar da análise. Por sua localização, a metrópole manauara é predominantemente reportada como uma “paraíso perdido” no tempo, tomado pela destruição do homem, da urbanização “desenfreada”. Aqui, é preciso esclarecer que a explosão da cidade e a formação de suas periferias “clássicas” são factuais, e correspondem a uma compreensão dialética da realidade. O que se desvirtua,



Amazonas: o agrário, o político e o urbano na contemporaneidade



Universidade Federal do
Amazonas

Departamento de
Geografia

Laboratório de Geografia
Humana

03 e 04 de setembro de 2024



porém, é a leitura idílica sobre a qual se repousam os debates urbanos e o pensamento urbano sobre a cidade de Manaus.

Quase que como um exotismo, Manaus é posta no debate ambiental como um lugar a ser recuperado, onde a sociedade (e nunca a sociedade adjetivada pelo capital) é posta como sujeito produtor dessas precariedades. Cabe pensar se se trata de pensar a metrópole manauara como uma eterna palafita, ou de assumir que o processo de produção do espaço se realiza transhistoricamente, sendo submetido e submetendo ao devir e às determinações correntes. Como aponta Carlos (2011, p. 4), de um lado o discurso ecológico tem neutralizado o espaço, negando sua existência, e de outro o homem e a sociedade urbana adquirem o estigma de destruidor-predador, desconsiderando o mundo como produto social e histórico. Tal compreensão nos leva a uma crítica do sustentável e dos processos de exploração que arrebatam criticamente a relação sociedade-natureza, e não a uma negação deles. O que se propõe, em verdade, é o debate da produção do espaço social, e não de sua mistificação enquanto ambiente.

O que nos leva a estes termos é justamente a percepção de que Manaus é uma metrópole em pleno movimento, onde as contradições saltam aos olhos, na paisagem, ao mesmo tempo em que se obscurecem pelo pensamento, que reduz a segregação a uma morfologia estéril, e reduz a periferia a um lugar da não-cidade, e do mero sentido precário de existir. Há mais, e por isso parece fazer sentido a manifestação que aqui arriscamos.

Nessa perspectiva, não cabe em nossa proposta teórico-metodológica assumir as contradições como apenas contrariedades, como formas desiguais, pois leva a um falso entendimento. Nesse sentido, o espaço, além de produto da sociedade, se constitui enquanto meio de operação das forças produtivas que se redefinem, consciência necessária em vista do entendimento que qualquer modo de produção opera em um espaço em particular.

Por fim, pensemos que a saída é, inicialmente, pela crítica, e que a revolução é antes de tudo, teórica, portanto, utópica, possível. A crítica ao Estado, à burocracia e tecnocracia como reinos do abstrato coloca a dimensão do planejamento, por exemplo,



Amazonas: o agrário, o político e o urbano na contemporaneidade



Universidade Federal do
Amazonas

Departamento de
Geografia

Laboratório de Geografia
Humana

03 e 04 de setembro de 2024



no limite de sua expansão. Compreender a cidade por este viés, então, nos parece que corrobora com a

a captura dos tempos-espacos da vida como parte necessária para a reprodução capitalista, impulsionando a produção de mercadorias e o próprio processo de produção do espaço como mercadoria. Deste modo, o espaço social no capitalismo tende a ser menos criação e obra e, cada vez mais, produto, repetição, embora a criação persista, sobretudo como forma de capitalização (Alvarez, 2019, p. 500).

Nesse sentido, não nos interessa a continuidade dos processos de exploração e dominação capitalistas, assim como não nos interessa a legitimação de interpretações que condicionem a reprodução destas privações.

Um compromisso que não se encerra nem se deve repousar

O que parece ser um compromisso teórico e político nunca se fez tão necessário concretamente. Partindo da paisagem e do espaço como dimensões parcelares, é preciso ultrapassá-los, superá-los, chegando à dimensão socioespacial como possibilidade de entendimento do mundo moderno em suas contradições. A contradição fundamental, centro-periferia, se realiza tanto no interior da metrópole quanto na sua condição periférica nacional, e invade o pensamento a partir do momento que consideramos a força motora dos fundamentos globais de expansão do capitalismo ao mesmo tempo que observamos com muita facilidade a produção do específico em terras manauaras. Mas é preciso partir de algum lugar.

Não há repetição, sem uma certa inovação (Martins, 1996), e por isso mesmo, os processos de reprodução do espaço na metrópole manauara são possíveis de rastreio, o que nos leva a estas novas determinações especificamente urbanas na produção da cidade no século XXI. A fragmentação da cidade e do vivido são as expressões espaciais da segregação, mas funcionam também como categorias castradoras, que são superadas pelo movimento do pensamento dialético.

A reprodução das relações de produção aparece como um conceito que ilumina prospectiva e perspectivamente o movimento do pensamento e a práxis social, e a fórmula trinitária (terra, trabalho e capital) permite pensar historicamente nos locais de



Amazonas: o agrário, o político e o urbano na contemporaneidade



Universidade Federal do
Amazonas

Departamento de
Geografia

Laboratório de Geografia
Humana

03 e 04 de setembro de 2024



acirramento destas contradições. A história permite pensar o mundo como obra civilizatória, nos dando acesso ao futuro e legitimando o pensamento utópico, que aqui não tem sentido de impossibilidade, mas de possibilidade concreta – no pensamento e na ação.

O processo histórico, que não se faz pela criação do novo e destruição de velho, realiza de forma imanente a contradição historicamente determinada, onde a práxis na reprodução das relações sociais não se realiza sem uma produção de relações.

Referências

ALVAREZ, Isabel. Pinto. A noção de mobilização do espaço em Henri Lefebvre. **Geosp – Espaço e Tempo (Online)**, v. 23, n. 3, p. 494-505, dez. 2019. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/163370>. Acesso em: 12 ago. 2024.

CANO, Wilson. Amazônia: da crise à integração atípica e truncada. **América Latina en la Historia Económica**, v. 20, n. 2, p. 67-95, maio-ago. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.org.mx/pdf/alhe/v20n2/v20n2a3.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2024.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. O MEIO AMBIENTE URBANO E O DISCURSO ECOLÓGICO. **Revista do Departamento de Geografia**, São Paulo, Brasil, v. 8, p. 75–78, 2011. DOI: 10.7154/RDG.1994.0008.0007. Disponível em: <https://revistas.usp.br/rdg/article/view/47328>. Acesso em: 12 ago. 2024.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. A reprodução do espaço urbano como momento da acumulação capitalista. In: Ana Fani Alessandri Carlos. (Org.). **Crise Urbana**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2015.

LEFEBVRE, Henri. **A re-produção das relações de produção**. Porto: Publicações Escorpião, 1973.

LEFEBVRE, Henri. **De lo rural a lo urbano**. 4ª ed. Barcelona: Ediciones Península, 1978.

LOUREIRO, Violeta. **Amazônia, colônia do Brasil**. Manaus: Editora Valer, 2022.

MARTINS, José de Souza. As temporalidades da história na dialética de Henri Lefebvre. In: MARTINS, José de Souza (Org.). **Henri Lefebvre e o retorno à dialética**. 1. ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

MASCARO, Alysson Leandro. **Estado e Forma Política**. São Paulo: Boitempo, 2013.



Amazonas: o agrário, o político e o urbano na contemporaneidade



Universidade Federal do
Amazonas

Departamento de
Geografia

Laboratório de Geografia
Humana

03 e 04 de setembro de 2024



OLIVEIRA, José Aldemir de. A invenção geográfica da Amazônia. **Revista GeoUECE**, [S. l.], v. 3, n. 5, p. 184–197, 2014. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/GeoUECE/article/view/6966>. Acesso em: 12 ago. 2024.

TRAGTENBERG, Maurício. Burocracia: da mediação à dominação. In: TRAGTENBERG, Maurício. **Burocracia e Ideologia**. São Paulo: Editora UNESP, 2006. p. 231-271.

VIANA, Nildo. **Estado, Democracia e Cidadania**: a dinâmica política institucional no capitalismo. Rio de Janeiro: Rizoma, 2015.

VIANA, Nildo. **Karl Marx**: A Crítica Desapiedada do Existente. Curitiba: Editora Prismas, 2017.

Agradecimentos

O primeiro autor agradece a Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela bolsa de doutorado.

O segundo autor agradece a Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM) pela bolsa de doutorado.

doi 10.29327/amazonas-o-agrario-o-politico-e-o-urbano-na-contemporaneidade-467757.903685

ISBN 978-65-272-0652-1